



# CARTA DA EUROPA



## *PRESIDENTE JORGE SAMPAIO VISITOU PARLAMENTO EUROPEU*



No passado dia 18 de Fevereiro, o Presidente da República, dr. Jorge Sampaio, visitou oficialmente o Parlamento Europeu.

Recebido por José Maria Gil Robles, Presidente desta instituição europeia, o dr. Jorge Sampaio usou da palavra no Plenário e almoçou com os membros da Mesa do Parlamento, presidentes das Comissões e dos Grupos Políticos, Deputados portugueses e altos funcionários do Parlamento Europeu.

De tarde, o Presidente da República recebeu os funcionários portugueses e manteve um encontro com a Mesa do Intergrupo de Timor, da qual faz parte o deputado social-democrata Carlos Costa Neves.

Em jantar oferecido pelo Presidente da República aos Deputados e altos funcionários portugueses, usou da palavra o deputado Eurico de Melo que agradeceu a presença do dr. Jorge Sampaio, considerou a visita um sucesso de marcante relevância para Portugal, e sublinhou a vontade dos deputados portugueses de reforçarem a acção política em concertação com o Governo na defesa dos interesses nacionais no seio da União, sem prejuízo das respectivas especificidades partidárias.

Na página seguinte divulgamos algumas passagens do importante discurso do Presidente Jorge Sampaio no Parlamento Europeu.

**Director: António d'Orey Capucho**

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU  
rue Wiertz - LEO 13E102 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551



# *PRESIDENTE JORGE SAMPAIO*

## *no plenário do*

# *PARLAMENTO EUROPEU*

(...) Permitam-me que dirija uma palavra especial aos deputados europeus meus compatriotas e a todos os funcionários portugueses que trabalham neste Parlamento, e que lhes expresse o meu reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem, nestas instâncias, em prol dos ideais europeus.

(...) Portugal é hoje um país que conseguiu, em boa medida, ultrapassar um atraso estrutural herdado de uma economia fechada. Não atingimos ainda, é certo, os níveis de progresso económico que desejamos, comparáveis aos dos países mais desenvolvidos da Europa. A abertura da nossa economia, a reconversão económica sob a pressão da globalização, têm tido, naturalmente os seus custos.

Mas, contra as perspectivas dos mais pessimistas, soubemos cumprir escrupulosamente, dentro dos prazos estipulados, todas as condições para garantir a participação plena na terceira fase da União Económica e Monetária.

A continuidade desta estratégia, definida em coerência com o Tratado de Maastricht e os interesses nacionais, só pode ser assegurada graças a um sólido consenso entre os principais partidos políticos portugueses, ao apoio das diversas correntes de opinião pública - algumas delas certamente críticas, mas todas compreendendo o alcance dos

objectivos prosseguidos - à abertura dos agentes económicos, dos empresários e dos sindicatos, dispostos a compreender os sacrifícios indispensáveis para responder aos desafios da modernização e da nova etapa da integração europeia.

Portugal estará, assim, entre os fundadores da moeda única, decidido a assegurar, com idêntico rigor, o sucesso de uma moeda única europeia forte, instrumento essencial do progresso das nossas economias e de uma crescente afirmação europeia na cena mundial.

(...) Bem entendido, não quero nem poderia minimizar a complexidade do próximo alargamento; não podemos ignorar o estado das estruturas económicas dos países candidatos nem as previsões dos efeitos sociais da sua adesão.

Não podemos sobretudo aceitar que o alargamento se transforme num elemento de dissolução do projecto europeu, nem de fragilização do nível de integração ou do

grau de coesão económica e social entre os Estados da União.

O alargamento não se faz, não se pode fazer, contra a coesão nem contra o grau de integração já conseguido.

(...) Temos, pois, o dever de nos interrogar sobre a necessidade de aumentar a nossa integração política por forma a garantir a manutenção de condições de coesão no conjunto da

*(continua na pag<sup>a</sup> seguinte)*

O alargamento  
não se faz, não se  
pode fazer,  
contra a coesão  
nem contra o  
grau de  
integração já  
conseguido.





União Europeia, o reforço da transparência democrática e uma melhor projecção da nossa identidade própria na cena internacional.

Creio que estamos todos de acordo quanto ao facto de o processo de integração económica e monetária poder conduzir, se não existirem políticas compensatórias adequadas, ao aprofundamento de disparidades económicas e do nível de vida entre as diversas regiões que compõem o espaço

européu.

O que me parece essencial é que a União preserve a sua natureza fundamental de uma associação de Estado soberanos, vinculados por interesses comuns, uma comunidade de iguais, onde se mantenha a posição relativa de cada Estado-membro, assente nos princípios da solidariedade e da coesão, indispensáveis para garantir a perspectiva de uma convergência económica real. (...)

**EURICO  
DE MELO**  
*no debate sobre a*  
**COMISSÃO  
DOS DIREITOS  
DO HOMEM  
DA ONU**



*“Nós não somos o Governo do Mundo, nem somos, na União Europeia, a polícia do Mundo. No momento histórico que atravessamos essa governação e esse policiamento pertencem a outra união.*

*Mas, dentro das nossas limitações, muito temos feito, a União Europeia e principalmente o Parlamento Europeu, na política de defesa dos direitos do Homem. No entanto, essa política não tem sido coordenada para aparecer como consensual dos partidos que integram a União Europeia durante os debates nas Nações Unidas sobre essa matéria.*

*O somatório de pequenas vozes tem muitas vezes menos efeitos do que uma voz unida e mais forte. Não é esse o exemplo que tem dado a União Europeia.*

*Por outro lado, há um grande desrespeito pelas resoluções das Nações Unidas, o que torna muitas vezes pouco credíveis as suas decisões. O caso actual do Iraque e o nosso caso histórico, o caso de Timor-Leste, são exemplos que confirmam esse desrespeito. (...)*

*Penso que a União Europeia tem o direito e tem sobretudo o dever de lutar pelo prestígio das Nações Unidas, chamando a atenção para estes factos.”*



# CARLOS PIMENTA

## *e as medidas a tomar contra a poluição do ar pelas emissões provenientes dos veículos a motor*

Em recente intervenção no Plenário do Parlamento Europeu, o Deputado Carlos Pimenta produziu uma importante intervenção a propósito da "2ª leitura" do relatório sobre as medidas a tomar contra a poluição do ar pelas emissões provenientes dos veículos a motor. Dessa intervenção publicamos os seguintes excertos:

*"Encontramo-nos hoje perante um desafio. Ou o Parlamento é capaz de assumir coerentemente a defesa da saúde pública e do ambiente, mantendo os valores respeitantes à qualidade dos combustíveis e à exigência de melhores tecnologias nos veículos automóveis, ou cedemos perante as múltiplas pressões dos sectores económicos em causa.*

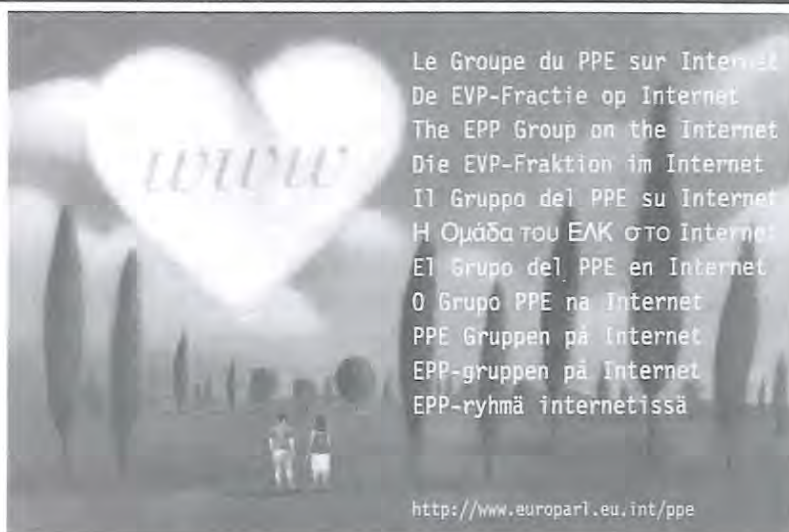
*Não ponho em questão que o que hoje aqui pedimos implica esforços financeiros e de investigação por parte da indústria petrolífera e automóvel. O que não se pode negar é que a poluição do ar nas nossas cidades, incluindo Lisboa e Porto, atinge frequentemente valores perigosos para a saúde pública e que estudos recentes confirmam que o teor de chumbo no sangue*

*de crianças nas zonas de risco ultrapassa o admissível. Não há dúvida que as partículas, o benzeno e outros poluentes resultantes da combustão são altamente cancerígenos.*

*Necessitamos pois de melhores automóveis e de melhores combustíveis, até porque com os actuais teores de enxofre na gasolina e no gasóleo não é possível evoluir tecnologicamente, quer no que respeita a uma nova geração de catalisadores quer quanto a uma nova geração de motores com consumos significativamente menores. Menores consumos significarão menores despesas para os consumidores, menos poluição e menor emissão de CO2, o principal gás que altera o clima. Há ainda que salientar que melhores combustíveis implicam imediatamente menos poluição, pois mesmo os carros actuais funcionarão melhor, com menos emissões.*

*(...)*

*Conheço alguns dos custos mas sei que para muita gente o que está em causa é a saúde, a vida ou a morte, e a defesa do ar que respiramos. Por isso não hesito, por isso não poderia hesitar."*





# Problemas das Regiões Insulares: COSTA NEVES defende perspectivas açoreanas



A Comissão da Política Regional do Parlamento Europeu organizou em Bruxelas uma audição pública sobre os problemas das regiões insulares da União Europeia.

O Deputado do PSD, Carlos Costa Neves, apresentou a perspectiva dos Açores considerando que *"muito embora as regiões insulares sejam diferentes umas das outras, todas elas se vêem a braços com o problema da insularidade, a que se vem ainda juntar, nalguns casos, a desvantagem da perifricidade ou daquilo a que poderemos chamar dupla insularidade, resultante da limitação das dimensões geográficas e da desvantagem representada pelo facto de fazer parte de um arquipélago"*.

Para Costa Neves *"uma série de problemas comuns às regiões insulares tem a ver com o impacto que sobre elas desde sempre exerceram as políticas comunitárias existentes: desde a PAC até à política da pesca, passando pela harmonização fiscal. Estas políticas foram concebidas de acordo com as necessidades continentais das regiões europeias, não tendo em linha de conta as consequências provocadas pela desvantagem permanente da insularidade"*.

O Deputado açoreano referiu concretamente o caso da política de energia *"que deverá contribuir*

*para, além da convergência do respectivo custo, o desenvolvimento do potencial energético endógeno, valorizando a energia solar, eólica, geotérmica e a biomassa a fim de pôr termo à extrema dependência das ilhas europeias relativamente aos produtos energéticos importados"*.

Quanto aos recursos hídricos, Costa Neves considerou *"necessária uma política integrada comunitária que considere o financiamento de obras de captação e abastecimento de água bem como o efectivo incentivo comunitário à gestão dos recursos hídricos"*.

Para Costa Neves é preciso *"incentivar o nascimento e o crescimento de Pequenas e Médias Empresas, sendo fundamental estudar métodos capazes de diminuir a carga fiscal e o custo do dinheiro para as empresas que poderão desempenhar um papel determinante na actividade económica da ilha a que pertencem"*.

Costa Neves defendeu ser *"bom que a União garanta às indústrias insulares tarifas de transporte especiais para as operações de importação de matérias-primas e de exportação de material acabado, e também que garanta um regime de preços especial para o transporte de gasóleo e das outras formas de energia"*.

Costa Neves que defendeu ainda *"uma redução sensível dos custos devidos às desvantagens da insularidade através de um forte programa comunitário de desenvolvimento das infra-estruturas de telecomunicações"*.

*"Em suma, afirmou o Deputado açoreano, uma política integrada comum para as regiões insulares deve*

*prever uma série de medidas de compensação relativas às repercussões negativas que as políticas comuns existentes exercem e uma série de incentivos, tanto fiscais como financeiros, capazes de fazer com que uma economia endógena se desenvolva com mais força."*

*... uma política integrada comum para as regiões insulares deve prever uma série de medidas de compensação relativas às repercussões negativas que as políticas comuns existentes exercem e uma série de incentivos, tanto fiscais como financeiros, capazes de fazer com que uma economia endógena se desenvolva com mais força.*



# DISCURSO DIRECTO

**NÉLIO MENDONÇA**



sobre OS RISCOS LIGADOS À EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS

(...) O texto desta posição comum do Conselho agora em apreço é mais claro, é mais explícito, menos passível de ambiguidades e de criar situações de desresponsabilização.

A introdução da definição de agente químico perigoso, o mecanismo para o estabelecimento de valores limite, quer o valor limite da exposição profissional, quer o valor limite biológico, adquiriram neste texto uma melhor definição e uma posição mais destacada.

Estão melhor definidas as obrigações da entidade patronal, a necessária vigilância dos trabalhadores, a consulta, a informação e a participação dos mesmos.

Colocou-se uma tónica na obrigação que cabe aos Estados membros de porem em vigor disposições legislativas, regulamentares e administrativas para dar cumprimento à directiva. (...)

**MANUEL PORTO**



sobre ESTATÍSTICAS CONJUNTURAIIS

Não pode deixar de merecer o maior apoio a iniciativa tomada pela Comissão, visando a melhoria e a comparabilidade das estatísticas relativas à evolução conjuntural das empresas. Trata-se de objectivos com uma importância acrescida com a adopção da moeda única e com o alargamento do mercado na sequência do actual Plano de Acção (...)

Trata-se de domínio em que não podemos limitar-nos ao princípio da subsidiariedade, quando principalmente com a união monetária não podem deixar de serem assumidas responsabilidades em relação ao conjunto da união.

**FRANCISCO  
LUCAS PIRES**



sobre OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA UE

(...) Nós prezamos por igual os direitos económicos e sociais mas sabemos, devido a trágicas experiências históricas, que é perigoso pô-los antes e acima dos direitos individuais. Não se devem confundir nomeadamente direitos fundamentais e receitas contra o desemprego. Normalmente são a liberdade e a democracia quem sofre as consequências dessa confusão. (...)

Em compensação, teria sentido incluir neste relatório uma maior atenção ao direito à vida, aos direitos dos nascituros, aos direitos das vítimas e aos direitos das famílias (...) A crítica prática é tanto mais importante quanto mais pode inspirar novas e melhores soluções de futuro. Ora também isso falta. A eficácia nesse âmbito depende nomeadamente e, em primeiro lugar, de um catálogo preciso e essencial de direitos a garantir.



# DISCURSO DIRECTO

**ARLINDO CUNHA**

sobre AS BIOTECNOLOGIAS



(...) Não podemos, pois, ter medodo recurso à biotecnologia e à engenharia genética.

Temos, porém, que ser realistas, disciplinados e prudentes. Por isso é fundamental que a União Europeia crie um enquadramento jurídico claro e funcional que integre questões tão importantes como o impacto ambiental destes novos produtos, as suas consequências para a saúde humana e para o próprio bem estar dos animais e, obviamente, a obediência a normas de éticas previamente definidas.(...)

**CARLOS PIMENTA**

sobre A MUDANÇA CLIMÁTICA



(...) Finalmente há que continuar as negociações internacionais que tiveram um impulso sério em Quioto na base do modelo de contracção e convergência das emissões que alteram o clima, para valores sustentáveis e justos numa base "per capita". Há que fazer uma auditoria à forma como cada país está a aplicar o seu programa nacional de combate à mudança climática.

Não queremos nem admitimos que o que foi deixado em aberto em Quioto - por exemplo a questão do "emission trading" - seja usado como forma de evitar as mudanças profundas que são exigíveis a quem mais usa e consome energia e que portanto mais esforços tem de fazer.

Se não estivermos à altura do desafio as consequências podem ser dramáticas para a Humanidade. Não temos o direito de falhar.

**HELENA  
VAZ DA SILVA**

sobre AS ACÇÕES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO



(...) No relatório refere-se a percentagem crescente de participação de Estados membros de Objectivo 1 nos projectos europeus. Mas passa-se em silêncio a qualidade dessa participação e a avaliação de resultados. Com efeito, dos 25.000 parceiros de investigação e das 3.000 publicações e patentes resultantes da investigação comunitária em 1996, quantas se traduziram em resultados reais para os membros mais fracos da União?

A grande dificuldade para as PME está em conseguirem traduzir os resultados da investigação em inovação aplicada. Nos países menos desenvolvidos essa dificuldade multiplica-se.

(...) E termino, apontando duas prioridades estratégicas para o futuro: uma reformulação das políticas estruturais para acolherem como uma dimensão prioritária a investigação das PME e a aposta em apoiar os Estados membros na melhoria da eficácia da gestão das suas políticas de investigação.



# BREVES

## REDUÇÃO DO ESFORÇO DE PESCAS: ARLINDO CUNHA DEFENDE SANÇÕES PARA QUEM NÃO CUMPRE

A Comissão das Pescas do Parlamento Europeu aprovou o relatório do Deputado do PSD Arlindo Cunha sobre o Programa de Orientação Plurianual para as frotas de pesca no período 1992-1996 (POP III).

Arlindo Cunha assinala que *“uma adequada política de conservação dos recursos constitui uma condição indispensável para garantir o futuro de um sector comunitário das pescas rentável e competitivo e considera que o objectivo prioritário dos programas de orientação plurianuais é obter um equilíbrio entre os recursos disponíveis e o esforço de pesca da actual frota comunitária”*.

O Deputado social democrata salienta *“que a consecução dos objectivos dos POP, que prevêem uma diminuição razoável da capacidade de captura, constitui uma condição necessária para assegurar o desenvolvimento do sector e considera que esta redução da capacidade da frota implica um sacrifício socio-económico que, para ser compreendido e aceite pelo sector da pesca, deve ser realizado de forma equitativa em todos os Estados-membros”*.

Para Arlindo Cunha *“as tentativas de redução da capacidade da frota e de racionalização do esforço de pesca, como a própria Comissão confessou, ficaram muito aquém dos objectivos previstos, tendo-se, inclusivamente, verificado em alguns Estados-membros um aumento da capacidade, estimulada pelos generosos incentivos comunitários de que o sector beneficiava para a modernização dos navios”*.

## LUCAS PIRES EM CONVÍVIO DE “EUROPEUS DO SUL” EM AMESTERDÃO

O Deputado do PSD ao Parlamento Europeu Francisco Lucas Pires participou numa Jornada de convívio de “Europeus do Sul” realizada em Amesterdão. Trata-se de um programa organizado pela Associação “Adviesraad ZEG”, com base nas disposições que permitem aos naturais de países europeus participarem nas eleições locais dos países em que residem, e no qual participam várias associações e instituições da comunidade portuguesa de Amesterdão. Para além de diversas manifestações recreativas e culturais, o programa incluiu um debate com Deputados europeus de várias nacionalidades (holandeses, portugueses, espanhóis e italianos) sobre temas da política europeia importantes para as comunidades de emigrantes, nomeadamente uso do direito de voto, apoio a instituições e associações próprias, pensões e subvenções e estágios para jovens.

# CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da  
Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

rue Wiertz - LEO 13E102 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551